

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2025/2026



O copo está meio cheio ou meio vazio?

Que a situação atual da indústria química brasileira está difícil, ninguém tem dúvidas. Há tempos, não há notícia de investimentos significativos no setor, muitas unidades foram paralisadas e empresas encerraram atividades. Algumas medidas de apoio ao setor foram tomadas pelo governo, como o REIQ e o Presiq, mas a conjuntura, com juros altos, dependência crescente de importações e dificuldade de acesso a financiamentos, entre outros obstáculos, como as mudanças geopolíticas provocadas pela guerra entre Rússia e Ucrânia, bem como pelo conflito no Oriente Médio, envolvendo Irã, Estados Unidos e Israel, com o fechamento do Estreito de Ormuz, permanecem como grandes pedras no caminho. Outra dificuldade, ainda em estado latente, é o fim da jornada 6x1, aprovada pela Câmara dos Deputados e aguardando análise pelo Senado Federal. O Sinproquim tem alertado as autoridades sobre os efeitos dessa decisão na economia e na rotina das empresas, em especial para as que operam em regime contínuo, e encaminhou ofício ao presidente do Senado, David Alcolumbre, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, destacando que a proposta legislativa, embora relevante, trará reflexos jurídicos, econômicos e operacionais de grande impacto para as indústrias químicas e petroquímicas, especialmente no que se refere à segurança industrial, à estabilidade operacional e à competitividade empresarial.

Mas mesmo nesse cenário é possível vislumbrar oportunidades. O Brasil dispõe de vantagens competitivas, como energia renovável, para se tornar líder mundial em produtos químicos renováveis. Há uma forte e crescente demanda do agronegócio por fertilizantes e defensivos e a indústria química tem o conhecimento técnico e condições para atender essa demanda. As dificuldades enfrentadas pelo agronegócio devido às alterações na cadeia logística mundial de suprimentos acenderam um alerta que já vinha soando há tempos: preços de oportunidade não fornecem uma base segura para o planejamento de longo prazo.

O papel estratégico da química é plenamente reconhecido em todas as economias, e o Brasil pode sim estimular o setor, o que beneficiaria todos os setores produtivos, com ganhos na geração de empregos e renda. A sustentabilidade, tema que o Sinproquim tem trabalhado com afinco, é a chave que abre as portas do futuro. Cada vez mais, padrões sustentáveis são requisitados por parceiros comerciais e consumidores. O recente acordo Mercosul-União Europeia mostra como a sustentabilidade está moldando os negócios em todo o mundo.

Quem vê o copo meio cheio, como o Sinproquim, sabe que há dificuldades a serem vencidas e não fica parado no caminho, enfrenta-as. Essa é a trilha que o Sinproquim, há 95 anos, segue. Há sim oportunidades no horizonte e o Sinproquim continuará a trabalhar para torná-las realidade e executáveis.

Expresso meus agradecimentos às empresas associadas ao Sinproquim pela colaboração e apoio ao longo de 2025, bem como à equipe de profissionais da entidade pelas positivas ações em apoio à indústria química brasileira, relatadas neste Relatório Anual.

Obrigado!



Nelson Pereira dos Reis
Presidente

Atuação baseada em experiência



Com 95 anos de atividades ininterruptas (comemorados em 31 de março de 2026), o Sinproquim acumula uma experiência rica e diversificada no atendimento às demandas da indústria química. As situações vivenciadas ao longo destes anos, como a II Guerra Mundial, crise do petróleo de 1973, recessão econômica e tensões políticas, reforçam a visão da entidade de que, apesar do atual horizonte turvado pelo aumento desproporcional de importações brasileiras de produtos químicos, levando a uma drástica redução do uso da capacidade instalada do setor, a indústria química brasileira, tantas vezes colocada à prova, continuará resiliente por ser essencial e estratégica, como fornecedora de produtos utilizados em todos os setores produtivos, para a sustentabilidade do crescimento econômico do País.

Em conjunto com outras entidades de classe, inclusive dos trabalhadores no setor químico, o Sinproquim tem alertado a sociedade, em especial as autoridades públicas, sobre os riscos para o País da perda de capacidade produtiva, de conhecimento técnico, de empregos qualificados e de oportunidades ocasionados pela crescente dependência de fornecedores externos em um ambiente geopolítico instável, o que traz riscos agudos, tanto de abastecimento como de majoração de preços, para as cadeias produtivas, ao que se soma as novas demandas da sociedade, como a transição energética, a sustentabilidade e mudanças tecnológicas, como a aplicação da inteligência artificial (IA) na indústria.

Disponibilizar antecipadamente de informações corretas sobre mudanças no cenário é uma exigência do atual momento como forma de evitar perdas que

Atuação baseada em experiência

debilitem as organizações. O Sinproquim tem atuado de forma consistente nesse campo, comunicando e orientando as empresas associadas sobre alterações na legislação, projetos em análise no Executivo e no Congresso Nacional, acordos internacionais e seus impactos sobre o setor, negociações trabalhistas, bem como organizando eventos para atualização profissional.

As assessorias de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas, Assuntos Tributários, Comércio Exterior, Economia e Conjuntura, Logística e Assuntos Regulatórios e a de Sustentabilidade do Sinproquim estão estruturadas para dar todo o apoio e orientação às associadas, que podem, inclusive, realizar pesquisas de benchmarking e divulgar press-releases no site da entidade. Semanalmente, o Sinproquim envia a todas as associadas, por e-mail, o informativo Lin-Q com as principais notícias do setor e, sempre que necessário, envia comunicados às associadas com informações e orientações sobre os procedimentos necessários para atender novas exigências legais.

Outra importante ferramenta criada pelo Sinproquim é o Guia da Indústria de Produtos Químicos do Estado de São Paulo, reunindo informações sobre linha de produtos, capacidade instalada, matérias-primas utilizadas e dados cadastrais das empresas químicas. O Guia, de acesso gratuito pela internet, se tornou uma fonte de consulta para investidores e compradores do País e do exterior, bem como para autoridades do governo interessados em obter informações sobre o setor.



Responsabilidade e transparência

O Sinproquim é responsável pelas negociações para o estabelecimento das Convenções Coletivas de Trabalho com os sindicatos dos trabalhadores na indústria química paulista, o que é feito em conjunto com os sindicatos patronais que compõem a CEAG-10, composta pelo Sinproquim, Sindicato da Indústria de Material Plástico, Transformação e Reciclagem de Material Plástico do Estado de São Paulo (Sindiplast), Sindicato da Indústria de Perfumaria e Artigos de Toucador no Estado de São Paulo (Sipatesp), Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes do Estado de São Paulo (Sitivesp), Sindicato da Indústria de Resinas Plásticas (Siresp), Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas (Siacesp), Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes (Sinprifert), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan), Sindicato da Indústria de Abrasivos do Estado de São Paulo (Sinaesp) e Sindicato Nacional da Indústria do Refino de Óleos Minerais (Sindirrefino).

A proposta formulada pelo Sinproquim para o período 2025/2027, estabelecida de forma transparente com a participação das empresas associadas em Assembleia Geral, foi aprovada pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar/Força Sindical), Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico da CUT do Estado de São Paulo (Fetquim/CUT) e sindicatos de Araçatuba e Ribeirão Preto. A CCT estabeleceu o reajuste, a partir de 1º de novembro de 2025, de 5,01%, correspondente à variação acumulada do INPC de 1º de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2025, mais aumento real de 0,5%, para salários nominais até R\$ 11.124,44. De forma ética e responsável, o Sinproquim disponibiliza na internet as Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) assinadas com as centrais sindicais e sindicatos independentes do Estado de São Paulo.

Embora de grande importância e interesse das empresas, a atuação do Sinproquim no apoio e defesa da indústria química paulista vai muito além das negociações trabalhistas, estendendo-se à segurança das operações, municiamento de dados às associadas para a tomada de decisões e análises técnicas e econômicas.



Fórum de debates



Em conjunto com o Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, Petroquímicas e Resinas Sintéticas de Camaçari, Candeias e Dias D'Ávila (Sinpeq), Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro (Siquirj), Sindicato das Indústrias Químicas no Estado do Rio Grande do Sul (Sindiquim), o Sinproquim fundou o Conselho das Entidades Sindicais da Indústria Química (Cesiq). Constituído pelos presidentes das entidades, o Conselho é um fórum para o debate de temas que impactam as atividades da indústria química e formulação de propostas de ações para o fortalecimento do setor químico. Os sindicatos que compõem o Cesiq representam cerca de 70% da indústria química brasileira.

A transição energética, estratégias para estimular a atividade da indústria química no País, os impactos do cenário econômico e geopolítico mundial, o plano de negócios da Petrobras, a evolução das negociações trabalhistas nos diferentes estados, os impactos da redução da escala 6x1, a elevação das tarifas de importação de produtos químicos e sua repercussão nas cadeias de produção foram alguns dos temas debatidos pelo Cesiq em 2025 e nos primeiros meses de 2026.

A dificuldade de substituição de combustíveis fósseis pela indústria petroquímica, o que poderá ter impactos na imagem do setor em relação à transição energética, foi tema de análise no Cesiq. Classificada, assim como a siderurgia e a produção de cimento, como "hard to abate" pela maior

Fórum de debates

dificuldade de promover a descarbonização, a petroquímica tem avançado nessa área, com ações para reduzir emissões, com economia de energia e avanços em bioprodução. A perspectiva é de que ocorra a queda no consumo de derivados de petróleo utilizados no transporte de pessoas e cargas, bem como na aviação civil e no transporte marítimo, mas o uso de combustíveis fósseis tende a permanecer significativo no segmento petroquímico.

A elaboração de um plano de Estado para o setor que considere o papel estratégico da indústria química no suporte a outros setores produtivos e garanta competitividade à produção nacional foi outro tema de debates no Cesiq. Sem isso, principalmente após as mudanças tarifárias impostas pelos Estados Unidos, o Brasil, como os números provam, está sendo inundado pelos excedentes de produção de outros países,

provocando o fechamento de empresas já fragilizadas, que operam com alta capacidade ociosa, e elevando a dependência externa do País, colocando em risco o crescimento econômico e o desempenho de outros setores produtivos, como o agronegócio.

O aumento da oferta de gás natural a preços competitivos com outros países é tema de interesse de todo o setor industrial, em especial da indústria química por seu uso como matéria-prima e fonte de energia. O Cesiq tem acompanhado a situação e defendido avanços no programa Gás para Empregar, lançado em maio de 2025. O programa tem como objetivo ampliar a oferta, estimular a entrada de novos fornecedores e aumentar a competitividade do gás no País. Há muita expectativa sobre os resultados do Gás para Empregar.



Ações que transmitem conhecimento

A organização de eventos para detalhamento de temas que afetam as operações da indústria química e atualização profissional é outra importante atividade do Sinproquim. A norma regulamentadora NR1 foi tema de apresentação do auditor fiscal de trabalho, Mauro Muller, em webinar organizado pela entidade. A NR 1, que entrou em vigor no dia 25 de maio de 2026, estabeleceu a obrigatoriedade de as empresas, independente do setor ou porte, identificarem, avaliarem e controlarem riscos psicossociais, como estresse ocupacional, assédio moral, síndrome de burnout e sobrecarga de trabalho. No evento, as associadas receberam orientações sobre a elaboração do inventário de riscos ocupacionais psicossociais, medidas e ações de monitoramento para o controle desses riscos e criação de uma cultura de saúde que evite doenças ocupacionais psicossociais.

Para ampliar ainda mais a iniciativa de levar orientações aos profissionais das associadas, o Sinproquim renovou a parceria com a Intertox, consultoria especializada em gestão do risco químico, toxicológico e ambiental. Os associados do Sinproquim têm direito a um desconto de 25% no valor dos treinamentos promovidos pela Intertox.

Uma detalhada apresentação sobre as mudanças introduzidas com a atualização da norma ABNT 10004:2024, referente à classificação de resíduos sólidos, foi realizada pelo professor e diretor da Intertox, Fabriciano Pinheiro, em webinar promovido pelo Sinproquim, em parceria com a Intertox, no dia 17 de junho. Pinheiro alertou os participantes do evento de que, embora as normas da ABNT sejam de aplicação voluntária, os órgãos ambientais têm solicitado o atendimento aos requisitos estabelecidos nas normas. A NBR 10004:2024 entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2027, possibilitando às empresas um prazo adequado para adaptação aos novos requisitos.

O Decreto Regulamentador da Lei nº 15.022/2024, que estabelece o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, foi analisado em encontro, no dia 10 de junho de 2025, de entidades do setor, entre as quais a Abiquim e o Sinproquim, para o esclarecimento de dúvidas e alinhamento do setor em relação à minuta do regulamento, que determina a avaliação e o controle de risco das substâncias químicas utilizadas no País, produzidas ou importadas, com o objetivo de minimizar impactos adversos à saúde e ao meio ambiente.



Ações que transmitem conhecimento



As ações da ANP e da Cetesb no setor de óleos lubrificantes foram detalhadas em evento realizado pelo Sinproquim que, em conjunto com a Associação Brasileira de Produtores de Óleos Lubrificantes e Aditivos (Abrapol), Sindicato Interestadual do Comércio de Lubrificantes (Sindilub), Sindicato Nacional do Comércio Transportador, Revendedor e Retalhista de Combustíveis (Sindtrr), Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de São Paulo (Sindirepa), Sindicato Nacional da Indústria do Rerrefino de Óleos Minerais (Sindirrefino) e Associação Ambiental para a Coleta, Gestão e Rerrefino do Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado (Ambioluc), lançou em 2023 o site olucsp.org.br com informações sobre a importância de uma destinação adequada para óleos lubrificantes usados ou contaminados. No evento, o superintendente da Fiscalização do

Abastecimento da ANP, Julio Cesar Candia Nishida, observou que a economia circular é uma questão prática para o setor empresarial e que o único destino dos óleos lubrificantes usados ou contaminados (OLUC) é o rerrefino. Segundo ele, há muita falsificação e adulteração no setor de lubrificantes e combustíveis. Nishida classificou a Operação Carbono Oculto, realizada no final de agosto, como um divisor de águas, advertindo que o Brasil, como demonstra o desvio e uso do metanol em bebidas pelo crime organizado, estava a caminho de se transformar em um narcoestado. “O combate a essa prática pressupõe o poder coercitivo da fiscalização e a colaboração do setor”, afirmou, ressaltando que a atuação da ANP dá estabilidade e previsibilidade ao mercado e que o papel de regular deve ser dinâmico para não deixar os setores estagnados.

Ações que transmitem conhecimento

“A fiscalização é importante aos próprios setores para garantir que todos cumpram as regras, evitando a concorrência desleal”. Segundo ele, no Brasil há mais de 130 mil agentes regulados, 150 produtores de óleos lubrificantes, 15 rerrefinadores e 29 coletores, o que dá a dimensão do trabalho realizado pela ANP. Ele anunciou que a agência assinou um acordo de cooperação com o Instituto de Pesos e Medidas (IPEM), negocia um acordo de cooperação com a Cetesb para o compartilhamento de dados e que a ANP busca ter acesso aos dados fiscais de compra e venda dos agentes regulados, como previsto no Projeto de Lei Complementar nº 109/2025. Segundo ele, falta OLUC para o rerrefino, o que indica haver descaminho.

A gerente da Divisão de Economia Verde e Logística Reversa da Cetesb, Regiane Yogui, ressaltou que o setor de óleos lubrificantes é avançado em logística reversa e que a Cetesb acompanha o setor desde 2012, ano em que foi assinado com o Sindirrefino o primeiro Termo de Compromisso do OLUC. Em 2022, foi assinado, com a participação de toda a cadeia produtiva, inclusive do Sinproquim, o terceiro Termo de Compromisso. “A característica de circularidade é fundamental para a sustentabilidade. O próprio setor empresarial deve dar conta do ciclo de vida de um produto”, afirmou. Segundo ela, houve importante avanço quando o licenciamento ambiental passou a exigir o cumprimento da logística reversa. As empresas, tanto para a renovação como para a obtenção da licença ambiental, devem dispor de um sistema de logística reversa. O Termo de Compromisso pode ser individual ou coletivo. Yogui assinalou que a Cetesb dá preferência ao sistema coletivo. Ela anunciou que a diretoria da Cetesb publicará novas metas para o período de 2026 a 2029 e que, hoje, há 146 empresas aderentes ao sistema

coletivo de logística reversa do OLUC e que a coleta abrange 100% de todo o território do Estado de São Paulo.

No evento, Edson José Gotardi, supervisor técnico do Laboratório Labelt, do Senai, mostrou que o Labelt conta com equipamentos de última geração e profissionais capacitados para a realização das mais diferentes análises para apoiar o setor. O segmento de óleos lubrificantes defende o credenciamento do laboratório pela ANP para o atendimento às exigências legais. Também participaram do evento o diretor da Abrapol, Geraldo Araújo, e o presidente da entidade, Magno Souza e Moura, que destacaram a importância da interlocução das empresas e das entidades com os órgãos reguladores.

Óleos lubrificantes usados ou contaminados (OLUC) representam sérios riscos ao meio ambiente e à saúde humana quando descartados de forma incorreta. Durante o uso, os aditivos que compõem a sua fórmula se degradam e o óleo perde suas funções e desempenho, tornando-se óleo lubrificante usado com alto teor de toxicidade e, assim, contaminado. Um litro de OLUC descartado indevidamente tem o potencial de contaminar um milhão de litros de água.

Ações que transmitem conhecimento



O envio de comunicados é uma forma ágil desenvolvida pelo Sinproquim para alertar e orientar as empresas associadas sobre eventos que influenciam as atividades do setor. É o caso, por exemplo, das novas exigências regulamentares previstas no Acordo Mercosul de Alcance Parcial para a Facilitação do Transporte de Produtos Perigosos, em vigor desde o dia 21 de fevereiro de 2025. As empresas deverão atender ao estabelecido pela norma sobre a Ficha de Emergência, com porte obrigatório no transporte de produtos perigosos e que deve ser preenchida no modelo determinado pela regulamentação. No comunicado, o Sinproquim destaca que no transporte interno no Brasil de

produtos classificados como perigosos pela Resolução ANTT 5.998/22 e suas atualizações não é obrigatório o porte da Ficha de Emergência (FE). Contudo, no caso de acidente, as informações da FE devem estar disponíveis. No caso de transporte para os países do Mercosul ou de algum veículo vindo da Argentina, Paraguai ou Uruguai para o Brasil com produtos perigosos é preciso atender, desde 21 de maio de 2025, ao modelo da FE aprovada pelo Mercosul nos idiomas dos países de origem, trânsito e destino.

Ações que transmitem conhecimento

Participação ativa

O Sinproquim apoia e participa de eventos que estejam relacionados ao setor químico e ao futuro da indústria brasileira. O Conecta Indústria 2025, realizado nos dias 17 e 18 de setembro de 2025, no Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS), que contou com a participação do Sinproquim, foi palco de debates estratégicos sobre o futuro da economia, da indústria e das cidades brasileiras. As palestras de Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo; Marcos Cintra, ex-deputado federal, economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e João Luiz Piccioni, CEO da Empiricus Asset, do Grupo BTG Pactual, e especialista em investimentos globais foram alguns dos destaques da programação.

As ações do evento foram ancoradas em três pilares estratégicos: o programa Mover (Mobilidade Verde e Inovação Tecnológica), que fomenta soluções sustentáveis e tecnológicas para transformar a mobilidade urbana e industrial; o Projeto SP Produz, iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para aumentar a competitividade das cadeias de suprimentos e produção; e Indústria 4.0, que apresenta a transformação digital e a inovação tecnológica na indústria.



Uma importante vitória conquistada pelo Sinproquim, graças a um recurso impetrado pela entidade na Justiça Federal, foi a de liberar as associadas de publicar em redes sociais, em seus sites, internet e similares o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, exigência estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As orientações sobre os procedimentos foram enviadas por comunicado às empresas.

O Sinproquim também orientou as empresas sobre a concessão de cesta básica ou vale-alimentação, no valor de R\$ 170,00, estabelecida pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2024/2026, destacando que a medida não é aplicável aos aprendizes, e sobre o pagamento

de indenização adicional, equivalente a um salário mensal, em caso de dispensa sem justa causa no período de 30 dias que antecede a data-base de correção salarial. O comunicado esclareceu que, no caso da indústria química paulista, todos os empregados dispensados, sem justa causa, com aviso prévio indenizado ou trabalhado, até 1º de setembro de 2025, não têm direito ao pagamento da indenização adicional. Mas, os empregados dispensados sem justa causa de 2 de setembro até 1º de outubro de 2025, terão direito ao pagamento da indenização adicional. Empregados com contrato de emprego por prazo determinado não terão direito ao pagamento de indenização adicional, qualquer que seja a data de encerramento do contrato de trabalho.

Sustentabilidade



O Sinproquim tem atuado proativamente no tema da sustentabilidade por reconhecer a relevância do tema para a indústria química. A assessora para Assuntos de Sustentabilidade do Sinproquim, Luciana Oriqui, tem defendido em artigos publicados na imprensa especializada a necessidade de uma atuação proativa do setor nessa área, ressaltando que a sustentabilidade, antes vista como diferencial competitivo, agora é pré-requisito para acesso a mercados,

financiamento e contratos internacionais. O ciclo de políticas climáticas, exigências de rastreabilidade, novos padrões de relatório e regulação de cadeias de suprimentos alcançou um novo patamar. Mesmo com ajustes regulatórios em países como EUA e Europa, a pressão de investidores, conselhos de administração e grandes compradores permanece intensa.

Diretoria – Quadriênio 2024/2028

Presidente: Nelson Pereira dos Reis (Nutriplant)

Vice-presidente: Sérgio Mastroso (Clariquímica)

Diretor administrativo/Financeiro: Nivio Machado Rigos (Petrom)

Diretoria

- Alex de Moura Campos (Elekeiroz)
- Fernanda Cristina Laczko Gebrael de Moura (Metal-chek)
- Eliane Siviero de Freitas (Lanxess)
- Everson Cabral Jordão (Petrocoque)
- Marcelo Arantes de Carvalho (Braskem)
- Maria Margareth Calil Cayres (Homy)
- Paula Giannetti de Lima (Unipar)

Conselho fiscal

Efetivos:

- Gustavo B. Grecco (Arkema)
- Renata Oliveira Brostel (BBC)
- Sebastião Carlos Gonçalves de Lima (Incol Lub)

Suplentes:

- Geraldo Majella de Araújo (Kation Raiden)
- Nathan Herrera de Lima (Tork Ind. C. P. Quím.)

Delegados representantes junto à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

- Nelson Pereira dos Reis
- Sérgio Mastroso

Diretor-Executivo

Renato Endres

Diretor Jurídico

Enio Sperling Jaques

Consultores

Elisa Jaques - Assuntos tributários

Luciana Oriqui - Assuntos de sustentabilidade

Glória Benazzi - Logística e assuntos regulatórios

Luiz Carlos de Medeiros - Comunicação

Empresas associadas

junho de 2026

Adere Produtos Autoadesivos Ltda.
Air Liquide Brasil Ltda.
Air Products Brasil Ltda
Akdeniz Chemson Aditivos Ltda.
Arkema Coatex Brasil Indústria e Com. Ltda.
Arxada do Brasil Especialidades Químicas Ltda.
Bann Química Ltda.
BASF S/A
BBC Indústria e Comércio Ltda.
Bevfoods Ind. e Com. Aditivos Alimentos e Cosméticos Ltda.
Birla Carbon Brasil Ltda.
Blue Cube Brasil Com. de Prod. Químicos Ltda.
Braskem S.A.
Cabot Brasil Indústria e Comércio Ltda.
Cariflex Ind. e Comércio de Produtos Petroquímicos Ltda.
Chemlub Produtos Químicos Ltda.
Chevron Oronite Brasil Ltda.
Clariant Brasil Ltda.
Clariquímica Com. de Prods. Químicos Ltda.
CMOC Brasil Mineração Indústria e Participações Ltda.
Coim Brasil Ltda.
Companhia Brasileira de Cartuchos
Companhia Nitro Química Brasileira
Copasil Química Industrial Ltda.
Degani-Vaduz Ind. Química Ltda.
Diatom Mineração Ltda.
DNC Industrial Campinas Ltda.
Dow Brasil Ind. e Com. de Prods. Químicos Ltda.
ECO3 do Brasil Ltda.
Ecolab Química Ltda.
Elekeiroz S.A.
Elkem Silicones Brasil Ltda.
Foseco Industrial e Comercial Ltda.
Fuchs Lubrificantes do Brasil Ltda.
Gama Gases Especiais Ltda.
GCP Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos
Henkel Ltda.
Homy Ind. e Com. de Prods. Químicos Ltda.
ICL Aditivos e Ingredientes Ltda.
Inbra Indústrias Químicas Ltda.
Incol-lub Indústria e Comércio Ltda.
Indústria Agroquímica Braido Ltda.
Innovative Water Care Ind. Com. Prod. Quím. Brasil Ltda.
Interlub Brasil Ind. e Com. de Óleo Automotivo Ltda
Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio
Kalipea Ind., Comércio, Importação e Exportação Ltda.
Kation Raiden do Brasil Ltda.
Kluthe Química do Brasil Ltda.
Kraton Polymers do Brasil Ind. e Com. Prod. Petroq. Ltda.
Kurita do Brasil Ltda.
Lanxess Ind. de Prods. Químicos e Plásticos Ltda.
Lubnec Lubrificantes Eirelli
Lubraquim Ind. e Com. de Lubrificantes Ltda.
Megh Indústria e Comércio Ltda.
Messer Gases Ltda.
Metal-Check do Brasil Ind. e Com. Ltda.
Miracema-Nuodex Indústria Química Ltda.
Norquima Produtos Químicos Ltda.
Nouryon Pulp and Performance Ind Química Ltda
Nutriplant Indústria e Comércio S.A.
Oden Resinas Ltda.
Organic Brasil Aditivos Especiais Eireli
Oxiten S.A. Indústria e Comércio.
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio
Petrom – Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.
Polynt Composites Brazil Ltda.
Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S/A
Ras Industrial Comercial Ltda.
Rhodia Brasil S.A.
Rinen Ind. e Com. de Prods. Químicos Ltda.
Rohm And Haas Química Ltda.
Sika S.A.
Solenis Especialidades Químicas Ltda.
Spice Indústria Química Ltda.
SSOIL Energy S/A
Stepan Química Ltda.
Stratura Asfaltos S.A.
Sudarshan Brasil MFG Ltda.
Suzaquim Indústrias Químicas Ltda.
Tagma Brasil Ind. Com. de Prods. Químicos
Taminco do Brasil Produtos Químicos Ltda.
Tapmatic do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
Tirreno Ind. e Com. de Produtos Químicos Ltda.
Tork Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.
Trebol Brasil Ltda.
Trichem Chemical's Indústria e Comércio Ltda.
Ultralub Química Ltda.
Una Prosil – Usina Nova América Ind. e Com. Ltda.
Unipar Carbocloro S.A.
Vibrantz Materiais e Cores Ltda.
W.R. Grace Brasil Ind. e Com. de Prods. Químicos Ltda.
Wacker Química do Brasil Ltda.
White Martins Gases Industriais Ltda.
Yara Brasil Fertilizantes S/A



Rua Rodrigo Cláudio, 185 • Bairro Aclimação
CEP 01532-020 • São Paulo • SP • Brasil
Tel.: 11 3287-0455 • www.sinproquim.org.br

